

OS EMPRESÁRIOS ESTÃO MAIS CONFIANTES

Eles acham que as ORTNs podem funcionar como seguro de câmbio

Os empresários paulistas reconhecem que as novas medidas adotadas ontem pelo governo na área cambial para auxiliar o fechamento do balanço de pagamentos restringem a margem de manobra do governo em termos de política cambial. Mas acham que elas foram acertadas e devolveram uma boa dose de confiança ao tomador do dinheiro no Exterior.

Além disso a principal medida (operação de câmbio a prazo, com proteção contra o risco cambial) já está sendo chamada de "seguro cambial", mesmo que veladamente, entre o empresariado. O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio de Bueno Vidigal, foi claro em dizer que "isso era o que tinha que ser feito", frisando que "a medida foi acertada". Ele reconheceu que circulava no ar empresarial uma perspectiva de maxi desvalorização do cruzeiro por este fim de ano, devido à disparada do dólar no paralelo.

Acalmando os ânimos

Para ele, essa medida acalmou os ânimos dos empresários que começavam a ter pressa em transformar em cruzeiros suas dívidas contraídas em dólares, com medo de que aquelas precisões se confirmassem. "A alternativa aprovada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) ontem — disse Vidigal — foi uma verdadeira garantia que o governo está dando para mostrar que não vai haver qualquer maxi".

Por outro lado, Luís Eulálio adiantou que as propostas da Fiesp de desvinculação entre empréstimos internos e externos para serem pagos ou em ORTN ou em correção cambial passada e futura sem o lastro adotado pelo governo ficaram de lado, pelo menos por enquanto.

O vice-presidente da Fiesp, Mário Amatto, também elogiou as medidas ressaltando que um estudo que passou por suas mãos, nesta semana, indicava que uma maxi afetaria 25% do nosso parque industrial, "porque o resto é dívida das estatais". Amatto disse, ainda, que essas medidas vêm garantir "essas empresas privadas" e os futuros negócios "de um maior aviltamento de preços". O vice-presidente do Grupo Eluma S.A., Luís Eduardo Campello Filho, juntou que qualquer medida que "atualmente proteja o tomador de empréstimos externos do risco cambial é extremamente benéfica".

Para Campello Filho, no entanto, ainda é preciso conhecer mais profundamente os mecanismos da nova Resolução (a 766) "para entender qual o mecanismo de funcionamento dessa operação". Campello acredita, até, que a iniciativa tomada ontem é saudável pelo simples fato de que foi oficializada uma prática de operação que já era praticada anteriormente pelas empresas financeiras. E Paulo Affonseca de Barros Faria Júnior, da diretoria da Fiesp, acha que esse

fato demonstra que os empresários estão sendo ouvidos pelo governo em suas reivindicações.

Por sua vez, o presidente da Trol e ex-integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp, Dílson Funaro, embora reconhecendo a necessidade de adoção dessas medidas, fez questão de ressaltar que "elas corrigem os efeitos, mas não vão às causas". Para Dílson Funaro, a única maneira de resolver definitivamente os problemas ligados ao balanço de pagamentos está na criação de um amplo plano de rediscussão das prioridades nacionais.

Dílson reiterou que "esses ajustes eram necessários", mas que sempre havia advogado a não vinculação dos empréstimos internos com correção cambial. Para ele, não era justo que aquele tipo de operação ficasse restrito ao sistema financeiro e seguradoras, "deixando todo o sistema produtivo correndo o risco cambial". Nesse sentido, ele considerou "corretas e justas" as medidas adotadas.

No entanto, acrescentou que "toda a vez que o governo cede na política cambial para reajustar a economia está perdendo margem de manobra no reajuste da economia em termos conjunturais deste país". Segundo Dílson, "isto tem acontecido seguidamente, e só deixará de ocorrer com uma reestruturação geral das prioridades nacionais".

O presidente da Trol recordou

que nos últimos quatro anos o Brasil aumentou em 30 bilhões de dólares sua dívida externa, "sendo que apenas 3,5 bilhões de dólares disso tudo foram para o setor privado". E que, desde a alteração da Política Econômica por Delfim Neto em 1980, "o que fizemos foi elevar a níveis absurdos as taxas internas de juros, criando distorções para que o setor privado fosse tomador de dinheiro externo".

— Por isso, há dois anos venho defendendo — disse Funaro — a tese de que teria sido muito melhor, ao invés de desenvolver esses mecanismos para forçar a iniciativa privada a tomar empréstimos lá fora, desenvolver medidas fiscais, por exemplo, que tivessem o mesmo efeito. Mas que — prosseguiu —, em contrapartida, não permitissem que os juros internos se tornassem cinco vezes maiores que os juros reais de nossos parceiros comerciais lá de fora.

Para concluir, Dílson Funaro afirmou que mesmo não defendendo "um desenvolvimento a qualquer custo", acredita que um controle maior da economia poderia ter sido feito sem taxas reais de juros de 35%, como maneira de resolver o problema do balanço de pagamentos. "O que foi feito nestes últimos dois anos — arrematou Funaro — foi encarecer os custos das indústrias no País, endividando as empresas estatais e privadas."

Sérgio Leopoldo Rodrigues